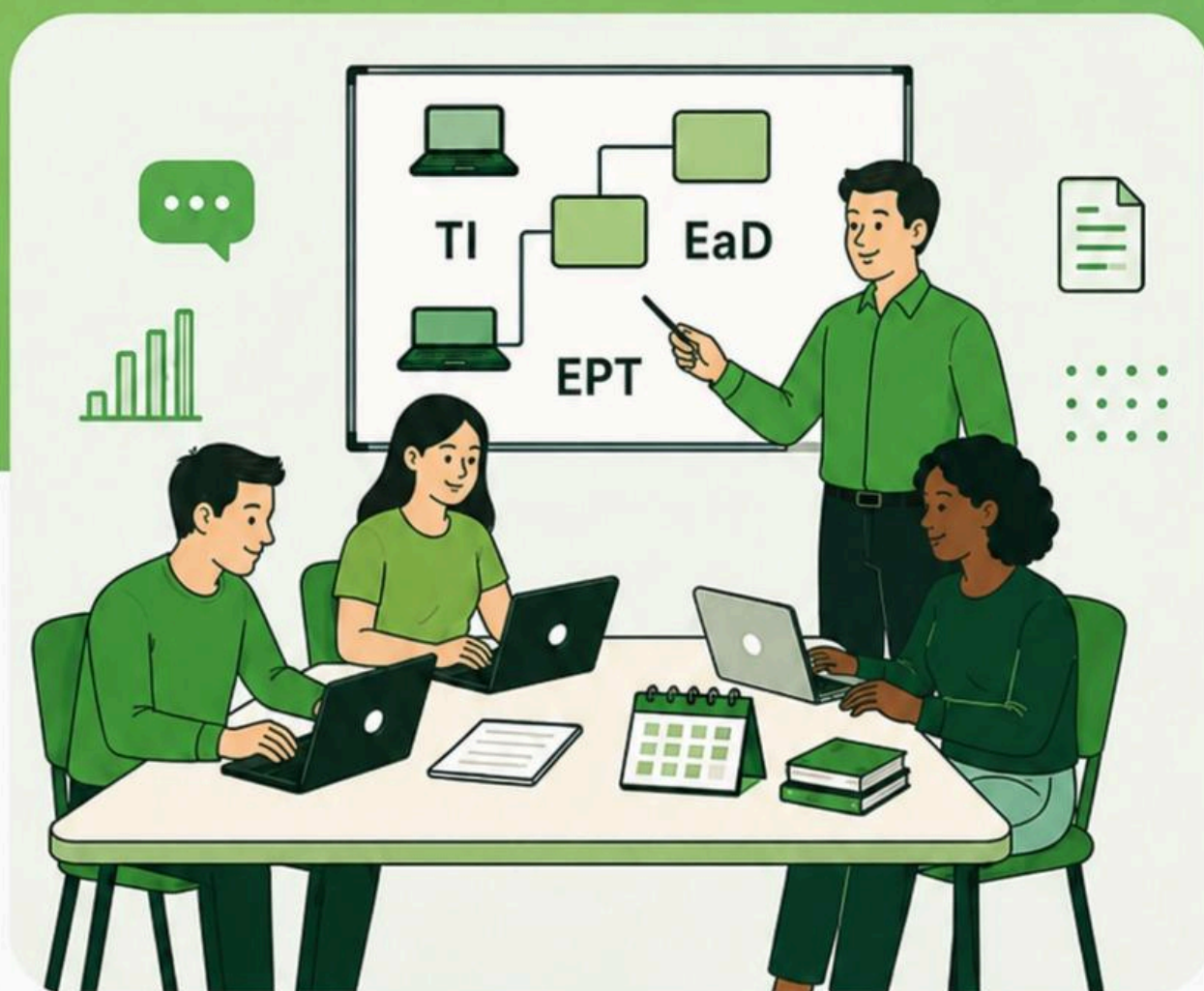


RIVANILDO MATOS SANTOS
IGOR THIAGO MARQUES MENDONÇA
CRISLAINE GRUBER



GUIA PARA INCLUSÃO DE CARGA HORÁRIA EAD EM CURSOS SUPERIORES DE TI DA EPT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Rivanildo Matos

Guia para inclusão de carga horária EaD em cursos superiores de TI da EPT [livro eletrônico] / Rivanildo Matos Santos, Igor Thiago Marques Mendonça, Crislaine Gruber. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Ed. dos Autores, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-02-31556-9

1. Currículos - Avaliação 2. Educação profissional 3. Educação superior 4. Ensino a distância 5. Tecnologia da informação I. Mendonça, Igor Thiago Marques. II. Gruber, Crislaine. III. Título.

26-390256.0

CDD-371.358

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino a distância : Educação 371.358

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Autores



Rivanildo Matos Santos

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica, Especialista em Tutoria em Educação a Distância, Pedagogo do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú.



**Igor Thiago Marques
Mendonça (orientador)**

Doutor em Engenharia Elétrica e Informática Industrial, Professor do Instituto Federal de Santa Catarina.



**Crislaine Gruber
(coorientadora)**

Doutora em Engenharia de Produção, com ênfase em Ergonomia. Professora no Instituto Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1 Introdução	4
2 Como usar este guia	5
3 Currículo na EPT	7
4 Sistemática de inclusão de carga horária EaD em cursos superiores de TI da EPT	9
5 Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	52

1 INTRODUÇÃO

Este guia é voltado a coordenadores de curso, membros de Núcleo Docente Estruturante (NDE), professores, especialistas em EaD e equipe pedagógica que atuam no processo de reestruturação curricular de cursos superiores da área de Tecnologia da Informação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Este material é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Reestruturação Curricular de Cursos Superiores de TI da EPT para Inclusão de Carga Horária EaD”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Florianópolis, vinculada à Linha de Pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”.

O guia tem como finalidade oferecer fundamentos teóricos, legais e metodológicos para orientar a inclusão planejada de carga horária na modalidade a distância em cursos presenciais, respeitando os princípios da formação integral, do trabalho como princípio educativo e da indissociabilidade entre ciência, tecnologia e sociedade.



Reestruturar o currículo para integrar a EaD na EPT requer planejamento intencional e compromisso com a formação integral.

2 COMO USAR ESTE GUIA

Este guia foi organizado em etapas com o objetivo de apoiar equipes acadêmicas no processo de reestruturação curricular com inclusão de carga horária em EaD em cursos superiores presenciais da área de TI da EPT. As orientações apresentadas podem ser utilizadas de diferentes formas, conforme a realidade institucional e o estágio em que o curso se encontra no processo de revisão curricular.

Uso linear

A forma mais recomendada é seguir as etapas na sequência apresentada. Nesse percurso, a equipe percorre todo o processo, desde a organização da equipe de trabalho responsável pelo trabalho até a implementação das mudanças no PPC.

Uso não linear

O guia também pode ser utilizado como material de consulta. Caso a reestruturação do curso já tenha avançado em alguma fase do processo, a equipe pode recorrer diretamente às etapas que dialogam com a necessidade do momento.

Uso colaborativo

As etapas podem ser desenvolvidas de forma compartilhada entre diferentes setores da instituição, como coordenação do curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), equipe pedagógica e Núcleo de Educação a Distância (NEaD), favorecendo o trabalho coletivo e a articulação entre as áreas pedagógica, tecnológica e administrativa.

Uso como instrumento de apoio

O guia também pode auxiliar na organização das reuniões da equipe de trabalho, no registro das decisões tomadas ao longo do processo e na elaboração ou revisão do PPC.

Ao longo da leitura, alguns trechos do guia serão apresentados em destaque, com o objetivo de chamar a atenção para aspectos considerados mais relevantes no planejamento e na implementação da carga horária EaD.

Dessa forma, este material deve ser compreendido como um instrumento de apoio à organização do processo de inclusão de carga horária em EaD para cursos superiores de TI, podendo ser adaptado conforme as características de cada curso e as normativas institucionais vigentes. Adicionalmente, suas formas de utilização linear, não linear e colaborativa não se restringem às possibilidades aqui apresentadas, podendo ser adaptadas conforme as especificidades de cada contexto.

3 CURRÍCULO NA EPT

Por que reestruturar? Fundamentos e Implicações

Pensar a reestruturação curricular na Educação Profissional e Tecnológica vai muito além de atender às mudanças pontuais na legislação ou de responder a tendências educacionais momentâneas. Trata-se de um processo que exige reflexão pedagógica sobre o sentido da formação ofertada, sobre quem são os estudantes que frequentam os cursos e sobre as transformações que atravessam o mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Nesse contexto, reestruturar o currículo significa revisitar escolhas formativas, questionar práticas consolidadas e repensar a organização do ensino, reafirmando o compromisso da EPT com uma formação humana e profissional de caráter integral.

Conforme destaca Machado (2023), o trabalho assume seu papel como referência para a formação humana quando se revela na memória social e na disputa política pela escola.



Para Ciavatta (2005), essa relação afirma o caráter formativo do trabalho e a educação como uma ação humanizadora que deve desenvolver todas as potencialidades do ser humano.

As rápidas mudanças tecnológicas e as transformações na organização do trabalho têm tensionado os currículos da educação profissional e tecnológica (Frigotto, 2010; Ramos, 2001), desafiando a estrutura tradicional dos currículos, especialmente no que diz respeito à rigidez dos tempos, dos espaços e das metodologias de ensino.

Nesse contexto, a inclusão de carga horária na modalidade EaD precisa estar vinculada a um projeto formativo e consistente, sustentado pelos fundamentos conceituais da EPT. Entre esses fundamentos, destaca-se o trabalho como princípio educativo, compreendido como elemento estruturante do processo formativo. A partir dessa compreensão, defende-se a articulação entre ciência, tecnologia e sociedade como eixo estruturante do currículo, de modo a promover uma formação que integre conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais.



Nessa perspectiva, a reestruturação curricular deve buscar a superação do dualismo educacional, garantindo que a educação profissional não se limite ao treinamento para o mercado de trabalho, mas que, nas palavras da autora, “recupere para todos a dimensão do conhecimento científico-tecnológico da escola unitária e politécnica” (Ciavatta, 2005, p. 414).

Assim, a reestruturação curricular não pode reduzir-se a uma estratégia meramente instrumental ou a um ajuste adaptativo às demandas do mercado. É necessário superar visões utilitaristas da racionalidade instrumental, que focam excessivamente na meritocracia e na empregabilidade. Ciavatta (2005) reforça essa crítica ao tecnicismo voltado estritamente ao mercado de trabalho, defendendo, em vez disso, propostas de escola unitária e politécnica que combinem instrução e trabalho produtivo. Nessa perspectiva, a reestruturação curricular deve contribuir para uma formação que possibilite aos estudantes compreender criticamente os processos produtivos e sociais nos quais estão inseridos, conforme aponta Ramos (2014).

Reestruturar o currículo na EPT significa assumir um compromisso pedagógico com a qualidade da formação, com a identidade institucional e com o papel social da educação profissional. Trata-se de um processo que exige planejamento, diálogo coletivo e clareza conceitual, especialmente quando envolve a integração da Educação a Distância a cursos superiores da área de Tecnologia da Informação, por se tratar de uma área fortemente marcada pelo uso de tecnologias digitais, pelo desenvolvimento de atividades em ambientes virtuais e por práticas profissionais que já ocorrem, em grande medida, de forma mediada por tecnologias. É a partir dessa compreensão que se torna possível avançar na construção de propostas curriculares mais coerentes, inclusivas e alinhadas aos princípios que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica.

4 SISTEMÁTICA DE INCLUSÃO DE CARGA HORÁRIA EAD EM CURSOS SUPERIORES DE TI NA EPT

Este capítulo apresenta as etapas da sistemática, cujo uso pode ocorrer conforme as sugestões disponíveis em [COMO USAR ESTE GUIA](#).

ETAPA 1

- 1.1 Constituir equipe de trabalho
- 1.2 Definir cronograma e responsabilidades
- 1.3 Delimitar o escopo da reestruturação curricular

ETAPA 2

- 2.1 Verificar percentuais permitidos em EaD
- 2.2 Analisar normativas internas
- 2.3 Elaborar *checklist* de conformidade legal
- 2.4 Diagnóstico institucional sobre EaD

ETAPA 3

- 3.1 Analisar matriz curricular vigente
- 3.2 Identificar perfil dos estudantes
- 3.3 Mapear disciplinas com potencial em EaD
- 3.4 Reconhecer limites (práticas, laboratórios e estágio)

ETAPA 4

- 4.1 Definir como a EaD será integrada ao curso, por meio de modelo híbrido
- 4.2 Garantir mediação pedagógica dos momentos na EaD
- 4.3 Definir estratégias metodológicas na EaD
- 4.4 Estabelecer diretrizes para avaliação

ETAPA 5

- 5.1 Distribuir a carga horária em EaD ao longo do curso

-
- 5.2 Revisar ementas e planos de ensino
 - 5.3 Integrar atividades síncronas e assíncronas
 - 5.4 Garantir coerência com competências e objetivos formativos
-

ETAPA 6

- 6.1 Organizando o início da escrita
 - 6.2 O ponto de partida: explicitar o porquê da EaD
 - 6.3 Estruturando a seção de EaD no PPC
 - 6.4 Adequações na matriz curricular
 - 6.5 Organização do ementário com integração da EaD
 - 6.6 Revisão e coerência do PPC
-

ETAPA 7

- 7.1 Submeter a proposta ao Núcleo Docente Estruturante
 - 7.2 Encaminhar ao colegiado do curso
 - 7.3 Tramitar nas instâncias institucionais competentes
 - 7.4 Registrar aprovações e deliberações do processo
-

ETAPA 8

- 8.1 Planejar a oferta das disciplinas e o calendário acadêmico
 - 8.2 Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
 - 8.3 Orientar docentes e estudantes sobre a nova organização curricular
 - 8.4 Acompanhar, avaliar e aperfeiçoar a implementação
-

Etapa 1

1.1 Constituir equipe de trabalho (NDE, coordenação do curso, equipe pedagógica, representante do NEaD ou especialista em EaD e Direção de Ensino).

1.2 Definir cronograma e responsabilidades.

1.3 Delimitar o escopo da reestruturação curricular.

1.1 Constituir a equipe de trabalho

O ponto de partida consiste na constituição formal de uma equipe responsável por conduzir a reestruturação, preferencialmente instituída por portaria institucional. Recomenda-se que seja composta por representantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), da coordenação do curso, da equipe pedagógica, do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) ou especialista em EaD.

Fundamentação para o Trabalho Coletivo: A presença de diferentes setores permite que a revisão curricular seja analisada sob múltiplas perspectivas (pedagógicas, tecnológicas e acadêmicas). Segundo a literatura, a construção e revisão de projetos pedagógicos exige processos de reflexão coletiva sobre a organização do trabalho pedagógico e os objetivos formativos da instituição (Veiga, 2003).

Especificidade na EPT: No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a organização curricular demanda planejamentos que considerem os diferentes sujeitos envolvidos nas decisões pedagógicas e na formação (Ramos, 2014).



O papel do especialista: é essencial a participação de um integrante com experiência em Educação a Distância (EaD), preferencialmente membro do NEaD ou especialista institucional na área. Esse profissional assegura que a equipe de trabalho considere as normativas vigentes, as orientações institucionais e os aspectos pedagógicos específicos da oferta mediada por tecnologias.

Senter e Raymundo (2018) apontam que um dos maiores desafios para a oferta em EaD é justamente a falta de orientações para a estruturação de projetos pedagógicos,

o que torna a presença dos atores com experiência em EaD na equipe de trabalho uma medida de suporte técnico indispensável.

1.2 Definir cronograma e responsabilidades

Para conduzir esta etapa, é necessário que a equipe de trabalho designe um ou mais responsáveis pela redação da proposta de atualização do PPC, tendo como foco a inclusão de carga horária em EaD no curso presencial. A proposta deverá apresentar a justificativa para essa inclusão, explicitando suas finalidades e sua articulação com a organização curricular e com os objetivos formativos do curso. Essa definição contribui para organizar o trabalho coletivo e garantir a sistematização das decisões tomadas ao longo do processo.

Para garantir essa harmonia, sugere-se que a equipe de trabalho defina as responsabilidades compartilhadas para as seguintes tarefas norteadoras:

I. Levantamento de dados do curso (matriz, carga horária e perfil discente)

Esta tarefa fundamenta-se na necessidade de revisar o público-alvo e seu nível de familiaridade com a tecnologia. Conforme Behar (2009), para definir uma proposta pedagógica em EaD, deve-se considerar as competências que o aluno já possui e as que deve construir, como a competência tecnológica e o saber aprender em AVAs.

II. Redação da proposta de atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

Para conduzir esta etapa, é necessário que a equipe de trabalho designe um ou mais responsáveis pela redação da proposta de atualização do PPC. Essa definição contribui para organizar o trabalho coletivo e garantir a sistematização das decisões tomadas ao longo do processo.

No planejamento para a inclusão de carga horária em EaD, a equipe de trabalho deve atentar para o que Behar (2009) denomina como aspectos organizacionais da arquitetura pedagógica. Segundo a autora, essa dimensão exige a sistematização clara das intenções de aprendizagem e a definição precisa da organização social. Isso envolve não apenas a determinação de agrupamentos, mas também a delimitação de

papéis, direitos e deveres de cada sujeito envolvido. Além disso, o planejamento deve gerir as variáveis de tempo e espaço, de forma a aproveitar a flexibilidade proporcionada pela virtualidade, superando a rigidez dos períodos fixos típicos do ensino presencial.



O papel do especialista: Nesse processo, a participação de um profissional com experiência em Educação a Distância torna-se estratégica. Esse integrante pode auxiliar a equipe de trabalho na identificação dos aspectos pedagógicos, normativos e operacionais relacionados à oferta mediada por tecnologias, contribuindo para decisões mais seguras e alinhadas às diretrizes institucionais.

III. Articulação técnica e pedagógica direta com o NEaD (setor de EaD)

Esta tarefa garante a definição dos papéis de cada ator no processo, especialmente no que diz respeito à mediação por tecnologias. Behar (2009) ressalta que o planejamento deve responder a questões sobre quem fará a mediação e quais condições pedagógicas e tecnológicas serão oferecidas antes de passar para a fase de implementação.

1.3 Delimitar o escopo da reestruturação curricular

Dando continuidade ao processo, a equipe de trabalho deve definir qual será o foco da reestruturação curricular. Como este guia tem como objetivo apoiar a inclusão de carga horária em EaD no curso, é importante distinguir quais mudanças estão diretamente relacionadas a essa proposta e quais pertencem a outros processos de revisão do currículo.

Essa delimitação contribui para que a atuação da equipe de trabalho permaneça organizada e direcionada, evitando que a discussão se amplie para alterações que não estejam vinculadas à inclusão da EaD. Além disso, a definição do escopo permite que o especialista em EaD ou o representante do NEaD compreenda com maior precisão quais aspectos do curso deverão ser analisados, orientados ou acompanhados ao longo do processo.

I. Definição de Objetivos e Ações

A delimitação do escopo é uma exigência do planejamento educacional. Segundo a literatura: A delimitação do escopo constitui uma etapa essencial do planejamento educacional, pois permite explicitar objetivos, organizar ações e orientar o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, Libâneo (1994) compreende o planejamento como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulado às finalidades educativas e às demandas do contexto social.

II. Identificação dos Aspectos Específicos da EaD

De acordo com Behar (2009), a equipe de trabalho deve delimitar o escopo do curso focando na identificação dos componentes curriculares que possibilitem a mediação tecnológica, garantindo que o uso das ferramentas digitais esteja alinhado aos propósitos pedagógicos. Sob essa ótica, a incorporação das tecnologias educacionais precisa estar intrinsecamente ligada ao projeto pedagógico e às finalidades formativas, superando uma visão meramente instrumental. Além disso, é fundamental que as atividades em EaD sejam descritas de maneira detalhada e operacional no planejamento do curso e em seus instrumentos acadêmicos correspondentes.

III. Instrumento Prático: Quadro de Definição de Escopo e *checklist*

Para operacionalizar esta etapa, recomenda-se registrar as decisões da equipe de trabalho em um quadro de definição de escopo (modelo disponível no Quadro 1). Esse instrumento permite organizar e visualizar com mais clareza quais elementos farão parte da proposta de inclusão da carga horária em EaD e quais permanecerão fora dessa intervenção. Entre os elementos incluídos, podem estar os componentes curriculares selecionados para a oferta em EaD, as metodologias que poderão ser adotadas e a carga horária que será convertida para atividades mediadas por tecnologias, sempre respeitando os limites legais estabelecidos. Por outro lado, o quadro também ajuda a registrar os elementos excluídos do processo, como mudanças estruturais que não dizem respeito diretamente à EaD, a exemplo de

alterações no perfil de egresso ou revisões de bibliografia em disciplinas que permanecerão totalmente presenciais.

Quadro 1 - Delimitação do escopo da reestruturação curricular para inclusão de carga horária em EaD

Elemento analisado	Observações / justificativa	I*	E**
Componentes curriculares com potencial para EaD	Indicar quais disciplinas poderão desenvolver parte da carga horária com mediação tecnológica.	☐	☐
Metodologias de ensino	Registrar metodologias que poderão ser utilizadas nas atividades EaD (ex.: fóruns, estudos dirigidos, projetos colaborativos).	☐	☐
Percentual de carga horária em EaD	Definir a quantidade de carga horária mediada por tecnologias, respeitando os limites legais.	☐	☐
Organização das atividades em ambiente virtual	Indicar como as atividades serão organizadas no AVA ou em outras plataformas digitais	☐	☐
Mediação pedagógica	Registrar como ocorrerá o acompanhamento docente e a interação com os estudantes.	☐	☐
Componentes curriculares que permanecerão presenciais	Identificar disciplinas que exigem atividades práticas, laboratoriais ou presenciais.	☐	☐
Alterações no perfil de egresso	Registrar se essa dimensão será ou não considerada na reestruturação.	☐	☐
Revisão de bibliografia ou conteúdos não relacionados à EaD	Indicar mudanças curriculares que não fazem parte da proposta de inclusão da EaD.	☐	☐

* Incluído na reestruturação, ** Excluído da reestruturação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A seguir, apresenta-se um *checklist* para auxiliar a equipe de trabalho na organização e validação das ações desta etapa.

Quadro 2 - Checklist da Etapa 1

Item de verificação	Situação
Equipe de trabalho formalizada por portaria	☐ Sim ☐ Não
Representante do NEaD ou especialista em EaD incluído	☐ Sim ☐ Não
Cronograma definido	☐ Sim ☐ Não
Responsabilidades distribuídas	☐ Sim ☐ Não
Escopo delimitado	☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Com a organização inicial concluída, a equipe de trabalho estará apta a avançar para a próxima etapa, com foco na identificação das possibilidades de integração da carga horária em Educação a Distância.

Etapa 2

- 2.1 Verificar percentuais permitidos em EaD.
- 2.2 Analisar normativas internas.
- 2.3 Elaborar *Checklist* de conformidade legal.
- 2.4 Diagnóstico institucional sobre EaD.

Antes de avançar na análise pedagógica do curso, é importante conhecer o conjunto de normas que orientam a oferta de atividades em EaD. Nesta etapa, sugere-se que a equipe de trabalho verifique os limites legais e institucionais para a inclusão de carga horária EaD em cursos presenciais, garantindo que a proposta esteja em conformidade com a legislação educacional e com os regulamentos da própria instituição.

2.1 Verificar percentuais permitidos em EaD

Agora é o momento de olhar para as normas que orientam a oferta de atividades em Educação a Distância. Essa etapa é importante para garantir que a proposta esteja alinhada com a legislação educacional e com os regulamentos da própria instituição.



Nesta etapa, o papel do especialista em EaD é fundamental. Isto porque ele será responsável por trazer as normativas que concernem à modalidade a distância.

Comece verificando os percentuais permitidos de carga horária em EaD para cursos presenciais. A legislação nacional estabelece limites e condições para essa oferta, e é essencial conhecer esses parâmetros antes de avançar na proposta. Essa verificação ajuda a evitar equívocos e dá mais segurança ao processo de reestruturação.

2.2 Analisar normativas internas

Em seguida, analise as normativas internas da instituição. Cada instituição possui regulamentações próprias que orientam a oferta de atividades em Educação a Distância, bem como a organização didática dos cursos e os procedimentos para alteração dos Projetos Pedagógicos de Curso.



Conhecer essas normativas é importante para que a proposta de inclusão de carga horária em EaD esteja alinhada às diretrizes institucionais. A organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino é orientada por normas e diretrizes que regulam o funcionamento dos cursos e orientam as decisões pedagógicas (Libâneo, 2001).

2.3 Elaborar *checklist* de conformidade legal

Outro passo importante é organizar essas informações em um pequeno *checklist* de conformidade legal. Esse material pode reunir os principais pontos que precisam ser observados, como limites de carga horária, exigências de acompanhamento pedagógico, registros acadêmicos e responsabilidades institucionais. Ter esse *checklist* em mãos facilita a verificação da proposta ao longo do processo.

A organização dessas informações contribui para tornar o processo de revisão curricular mais sistemático e transparente. O planejamento educacional envolve a organização das ações institucionais e a definição de procedimentos que orientem a execução e o acompanhamento das atividades pedagógicas (Libâneo, 2001). Nesse sentido, instrumentos de verificação, como *checklists* ou roteiros de análise, ajudam a garantir que as decisões pedagógicas estejam alinhadas às normas institucionais e às diretrizes educacionais. A seguir, apresenta-se uma sugestão de quadro para ser usado no *checklist*, ficando a cargo da equipe de trabalho pesquisar e preencher os campos conforme legislação vigente.

Quadro 3 - Checklist de conformidade legal

Item de Verificação	Pergunta Orientadora	Situação
Percentual de carga horária EaD	O percentual de carga horária em EaD previsto na proposta respeita os limites estabelecidos pela legislação nacional vigente?	☐ Sim ☐ Não
Compatibilidade com normativas institucionais	A proposta está alinhada às normativas internas da instituição sobre oferta de atividades EaD em cursos presenciais?	☐ Sim ☐ Não
Participação do especialista em EaD	A equipe de trabalho contou com a participação do NEaD ou de especialista em EaD durante a elaboração da proposta?	☐ Sim ☐ Não
Definição dos componentes curriculares EaD	Foram identificados e justificados os componentes curriculares que terão parte da carga horária mediada por tecnologias?	☐ Sim ☐ Não
Registro no Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	A inclusão da carga horária EaD está descrita de forma clara no PPC do curso?	☐ Sim ☐ Não
Descrição das metodologias EaD	O PPC apresenta as metodologias de ensino que serão utilizadas nas atividades mediadas por tecnologias?	☐ Sim ☐ Não
Mediação pedagógica	O planejamento das atividades EaD prevê acompanhamento docente, orientação e devolutivas aos estudantes?	☐ Sim ☐ Não
CrITÉrios de avaliação	Estão definidos os critérios de avaliação das atividades desenvolvidas em EaD?	☐ Sim ☐ Não
Infraestrutura tecnológica	A instituição dispõe de ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e recursos tecnológicos adequados para a oferta das atividades	☐ Sim ☐ Não
Suporte pedagógico e técnico	Há previsão de apoio pedagógico e suporte técnico para docentes e estudantes durante a implementação da EaD?	☐ Sim ☐ Não
Registro acadêmico das atividades EaD	As atividades mediadas por tecnologias estão previstas nos registros acadêmicos do curso (planos de ensino, sistemas institucionais etc.)?	☐ Sim ☐ Não
Fluxo de aprovação institucional	A proposta de atualização do PPC será submetida às instâncias institucionais previstas (NDE, colegiado e demais órgãos)?	☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

2.4 Diagnóstico institucional sobre EaD

Dando continuidade ao processo, é importante olhar com mais atenção para as condições institucionais que sustentarão a inclusão da carga horária em Educação a

Distância. Vale a pena se perguntar: o campus está preparado para ofertar atividades mediadas por tecnologias de forma consistente?

Mais do que um levantamento descritivo, este momento convida você a fazer uma leitura cuidadosa da realidade institucional. A ideia não é apenas listar o que existe, mas compreender se as condições atuais são suficientes para garantir uma oferta de qualidade. Esse diagnóstico ajuda a identificar potencialidades, limites e necessidades de ajuste, evitando que a proposta de EaD se torne apenas uma formalidade no PPC.

Para orientar esse olhar, uma estratégia interessante é tomar como referência o instrumento de avaliação institucional utilizado pelo Ministério da Educação, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse instrumento organiza a avaliação em diferentes dimensões, contemplando aspectos como políticas institucionais, gestão, infraestrutura e práticas acadêmicas.

No contexto da EaD, alguns pontos merecem atenção especial. O primeiro deles diz respeito ao alinhamento institucional: a oferta de componentes a distância precisa estar prevista e articulada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),¹ evidenciando que não se trata de uma ação isolada, mas de uma escolha institucional planejada.

Outro aspecto central envolve as condições de gestão e de apoio ao processo educativo. Isso inclui a existência de políticas de formação docente, suporte pedagógico e tecnológico, bem como a atuação de equipes que auxiliem na organização e mediação das atividades a distância.

Além disso, a infraestrutura, tanto física quanto tecnológica, precisa ser analisada com cuidado. Ainda que a EaD ocorra em ambientes virtuais, ela depende de uma base institucional sólida para funcionar adequadamente.

Para tornar esse diagnóstico mais objetivo, você pode organizar o levantamento a partir de alguns eixos.

¹ Recomenda-se que a inclusão de carga horária em EaD esteja alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), demonstrando que a proposta integra o planejamento institucional e se articula às diretrizes acadêmicas da instituição.

a) Infraestrutura tecnológica

Comece analisando as condições tecnológicas disponíveis no campus. Pergunte-se:

- A instituição possui acesso à internet estável e de qualidade?
- O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) está ativo, organizado e acessível?
- Há ferramentas para realização de atividades síncronas, como webconferências?
- Os sistemas institucionais suportam o número de usuários e atividades previstas?
- Existem políticas de segurança da informação e planos de contingência?

Aqui, não se trata apenas de verificar se os recursos existem, mas se eles funcionam de forma contínua e adequada para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem.

b) Infraestrutura física e acadêmica

Mesmo com a mediação tecnológica, a EaD não acontece “sem lugar”. Por isso, observe:

- O campus dispõe de laboratórios de informática adequados e em funcionamento?
- Há acesso a bibliotecas físicas e digitais atualizadas?
- Existem espaços que apoiem docentes e estudantes no uso das tecnologias?
- A instituição oferece condições de acessibilidade nos ambientes físicos e digitais?

Esses elementos são importantes para garantir que todos os estudantes tenham condições reais de participação.

c) Corpo docente e equipe multidisciplinar

Outro ponto essencial diz respeito às pessoas envolvidas no processo. Nesse momento, vale mapear:

- Quais docentes já possuem formação ou experiência em EaD?

- Há participação do corpo docente e da equipe multidisciplinar em ações de capacitação ou formação continuada voltadas à EaD?
- Existe equipe multidisciplinar (como apoio pedagógico, tecnológico ou design educacional)?
- A instituição promove ações de formação continuada voltadas à EaD?

A qualidade da EaD está diretamente relacionada à forma como as atividades são planejadas e mediadas. Por isso, investir na formação e no apoio aos docentes faz toda a diferença.

d) Recursos e ferramentas institucionais

Também é importante identificar quais ferramentas estão disponíveis e como elas são utilizadas:

- Qual é o AVA institucional (por exemplo, Moodle)?
- Há ferramentas de webconferência disponíveis?
- A instituição utiliza plataformas complementares (como Google Classroom, entre outras)?
- Os sistemas acadêmicos estão integrados às atividades a distância?

Mais do que listar as ferramentas, procure entender se elas são conhecidas, utilizadas e acompanhadas por suporte institucional.

Para facilitar a compreensão dos dados levantados, é recomendável organizar as informações de modo sistemático, reunindo os principais elementos identificados ao longo do diagnóstico. Esse registro pode contemplar a infraestrutura disponível, os laboratórios existentes, o conjunto de ferramentas institucionais utilizadas, bem como o mapeamento dos docentes que possuem formação ou experiência em Educação a Distância. Além disso, é importante sintetizar os pontos fortes e os aspectos que demandam aprimoramento.

Essa organização não tem apenas caráter descritivo. Ao reunir essas informações, cria-se uma base consistente para orientar as decisões das próximas etapas, permitindo que a proposta de inclusão da carga horária em EaD seja construída a partir de evidências e da realidade do curso e do campus.

A partir desse levantamento, torna-se possível avançar para uma análise mais objetiva das condições institucionais. Nesse momento, é importante refletir se a infraestrutura disponível atende às necessidades da proposta, se o corpo docente se encontra preparado para atuar na modalidade, se há suporte institucional adequado para docentes e estudantes e se a iniciativa está alinhada às políticas institucionais e ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

As respostas a essas questões não precisam ser definitivas, mas devem ser realistas e fundamentadas. Em muitos casos, o diagnóstico apontará a necessidade de ajustes, investimentos ou ações de formação continuada, o que integra o próprio processo de construção da proposta.

Uma boa prática, a partir do levantamento realizado nesta etapa, é a criação de listas com essas informações:

- Lista de laboratórios;
- Lista de docentes com formação em EaD;
- Lista de recursos tecnológicos institucionais disponíveis;
- Entre outras.

Etapa 3

- 3.1 Analisar matriz curricular vigente.
 - 3.2 Identificar perfil dos estudantes.
 - 3.3 Mapear disciplinas com potencial em EaD.
 - 3.4 Reconhecer limites (práticas, laboratórios e estágio).
-

Agora que a equipe de trabalho já está organizada e que as normas institucionais foram analisadas, inicia-se o diagnóstico do curso. Antes de propor mudanças na matriz curricular ou definir componentes com carga horária em EaD, é importante compreender como o curso está estruturado.

3.1 Analisar a matriz curricular vigente

Agora é hora da análise da matriz curricular vigente do curso. Nesse momento, a equipe de trabalho deve observar como a carga horária está distribuída ao longo dos semestres, como os componentes curriculares se articulam e quais são as características pedagógicas das disciplinas.

A análise da organização curricular contribui para compreender como os componentes formativos do curso estão estruturados ao longo do percurso formativo. Esse processo favorece reflexões sobre o planejamento e a organização do trabalho pedagógico, possibilitando ajustes e reorganizações necessárias ao curso (Veiga, 2003).

3.2 Identificar o perfil dos estudantes

Em seguida, procure compreender se é necessário revisar o perfil dos estudantes que frequentam o curso. Observe aspectos como a condição de estudante trabalhador, o acesso às tecnologias digitais e as condições de permanência acadêmica.



Nos cursos da EPT, é comum que muitos estudantes conciliem estudo e trabalho. Pesquisas como as de Mendonça e Gruber (2019, 2021) mostram que mais de 90% dos estudantes de curso da EPT estão conciliando trabalho com estudo. Conhecer essa realidade ajuda a pensar formas mais adequadas de organizar as atividades formativas e a planejar estratégias pedagógicas que dialoguem com o cotidiano dos alunos.

Nesse contexto, é importante considerar as condições concretas de vida e trabalho dos estudantes, reconhecendo que suas experiências sociais e laborais também fazem parte do processo formativo (Frigotto, 2018; Ciavatta, 2005).

3.3 Mapear disciplinas com potencial para EaD

Com base na análise da matriz curricular e no conhecimento do perfil discente, sugere-se que a equipe de trabalho identifique quais disciplinas apresentam maior potencial para desenvolver parte de sua carga horária, ou a totalidade dela, conforme a natureza do componente curricular e as normativas institucionais, com apoio das tecnologias digitais.

Componentes curriculares que envolvem atividades como leituras orientadas, discussões em fóruns, resolução de problemas, estudos de caso ou acompanhamento de projetos podem ser organizados com mediação tecnológica. Nesses casos, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem pode ampliar as possibilidades de interação e acompanhamento do processo formativo.

A definição das estratégias pedagógicas e das formas de interação é um elemento central para a organização de ambientes de aprendizagem mediados por tecnologias (Behar, 2009).



Nesta etapa, reafirma-se a importância do papel do especialista em EaD, que pode auxiliar os demais atores na identificação de oportunidades de aprendizagem mediadas pela modalidade a distância.

3.4 Reconhecer limites pedagógicos e estruturais

Até aqui, você já analisou a matriz curricular, conheceu o perfil dos estudantes e identificou disciplinas com potencial para desenvolver parte, ou totalmente, suas atividades em EaD. Agora é momento de dar mais um passo importante: reconhecer também os limites pedagógicos e estruturais para a oferta de atividades mediadas por tecnologias.

Na organização de atividades mediadas por tecnologias, é importante considerar que o uso das ferramentas digitais deve estar articulado ao modelo pedagógico do curso e às estratégias de aprendizagem propostas. Isso significa que a escolha das tecnologias deve estar relacionada aos objetivos formativos e às características das atividades desenvolvidas em cada componente curricular (Behar, 2009).

Por essa razão, nem todas as atividades de um curso apresentam as mesmas condições para serem desenvolvidas com mediação tecnológica. Disciplinas que envolvem práticas laboratoriais, atividades experimentais, estágios ou práticas profissionais supervisionadas podem exigir maior presença física dos estudantes nos espaços institucionais.

Reconhecer esses limites ajuda a equipe de trabalho a avaliar, de forma mais criteriosa, quais atividades podem ser organizadas com o apoio das tecnologias digitais e quais precisam ocorrer presencialmente, garantindo o equilíbrio entre flexibilidade pedagógica e qualidade da formação.

Etapa 4

- 4.1 Definir como a EaD será integrada ao curso, por meio de modelo híbrido.
 - 4.2 Garantir mediação pedagógica dos momentos EaD.
 - 4.3 Definir estratégias metodológicas EaD.
 - 4.4 Estabelecer diretrizes para avaliação.
-

4.1 Definir como a EaD será integrada ao curso

Nos cursos presenciais, a adoção de uma organização híbrida pode combinar momentos presenciais com atividades mediadas por tecnologias digitais, integrando diferentes tempos, espaços e formas de aprendizagem e ampliando as possibilidades de interação e acompanhamento dos estudantes (Moran, 2015).

Nesse modelo, as atividades em ambiente virtual não substituem o trabalho pedagógico presencial, mas complementam e ampliam as possibilidades de estudo, interação e acompanhamento do processo formativo.



Em especial, destacam-se as metodologias ativas que possuem momentos on-line, como as metodologias de Ensino Híbrido (Horn; Staker, 2014). Ao propor o uso destas metodologias, os professores e equipes didático-pedagógicas terão um arcabouço teórico e prático bem estruturado e amplamente testado. Assim poderão propor dinâmicas que beneficiam o aprendizado dos estudantes, colocando-os como protagonistas do seu aprendizado, enquanto o professor faz a mediação. No Ensino Híbrido, os momentos online podem ocorrer tanto no espaço escolar quanto fora dele, articulando-se aos momentos presenciais e às demais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem.

Para Mattar (2024, p. 13), o futuro da educação no Brasil depende da construção de um “futuro híbrido de excelência”, capaz de superar a dicotomia entre ensino presencial e Educação a Distância.

4.2 Garantir mediação pedagógica dos momentos EaD



Ao planejar essa organização, procure garantir que as atividades tenham mediação pedagógica. Isso significa que o estudante não deve apenas acessar materiais ou realizar tarefas de forma isolada. É importante que existam orientações do professor, momentos de acompanhamento, interação com a turma e devolutivas sobre as atividades realizadas.

A necessidade de mediação pedagógica encontra respaldo no marco regulatório vigente da Educação a Distância. O Decreto nº 12.456/2025 estabelece que o corpo docente responsável por unidades curriculares ofertadas parcial ou integralmente em EaD deve atuar no planejamento, na efetivação, no acompanhamento e na avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, prevendo, ainda, a atuação de mediadores pedagógicos nesses processos (Brasil, 2025). Esse aspecto também é considerado nos processos de avaliação da educação superior no âmbito do SINAES.

Nesse contexto, o especialista em EaD assume um papel estratégico na orientação da integração entre atividades presenciais e não presenciais. Sua atuação contribui para apoiar os docentes na seleção de metodologias adequadas, na organização didática dos componentes curriculares e na definição de quais conteúdos e atividades são mais apropriados para mediação tecnológica. Além disso, esse profissional auxilia na articulação entre os objetivos de aprendizagem e as tecnologias utilizadas, garantindo que a inserção da EaD ocorra de forma intencional, coerente e alinhada ao projeto pedagógico do curso.

4.3 Definir estratégias metodológicas EaD



Outro ponto importante é definir as estratégias metodológicas que serão utilizadas. Fóruns de discussão, estudos dirigidos, resolução de problemas, projetos colaborativos e atividades em ambiente virtual podem ajudar a organizar o percurso formativo.

Sempre que possível, a definição dessas estratégias pode ser enriquecida com o apoio de um Designer Educacional, profissional que atua na organização pedagógica das atividades em ambientes virtuais. Sua contribuição envolve orientar a escolha das

metodologias, estruturar as atividades e auxiliar na articulação entre objetivos de aprendizagem, conteúdos e formas de avaliação.

Contudo, é importante considerar que, na prática, muitas instituições ainda não contam com esse profissional em suas equipes. Nesses casos, essa função pode ser assumida por outro profissional envolvido no planejamento do curso. O mais importante é garantir que as escolhas metodológicas sejam feitas de forma intencional, evitando o uso aleatório de ferramentas e atividades.

I. Atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

A organização das atividades no AVA deve considerar uma estrutura clara e de fácil navegação. Recomenda-se organizar os conteúdos por módulos, unidades ou semanas, facilitando o acompanhamento pelo estudante. Além disso, podem ser utilizados diferentes recursos, como vídeos, infográficos, podcasts e outros materiais que contribuam para diversificar as formas de aprendizagem.

Outro aspecto importante refere-se à linguagem adotada nos materiais e nas atividades. Sempre que possível, recomenda-se o uso de uma linguagem mais próxima do diálogo, que simule uma conversa com o estudante. Recursos como “Saiba mais”, “Refleta” e “Pesquise” podem ser incorporados para estimular a curiosidade, o aprofundamento e o engajamento.

Ao final, é importante retomar que o uso das tecnologias, por si só, não garante a qualidade do processo formativo. O diferencial está na forma como essas ferramentas são utilizadas. Quando bem planejadas, as estratégias metodológicas contribuem para uma aprendizagem mais significativa, interativa e alinhada às necessidades dos estudantes.



A seguir, apresentam-se algumas possibilidades para orientar a definição das estratégias metodológicas.

II. Fóruns de discussão

Os fóruns podem ser organizados como espaços de diálogo, troca de ideias e construção coletiva do conhecimento. Para além de respostas pontuais, é interessante

propor questões que estimulem a argumentação, a problematização e a interação entre os participantes. Também é possível diversificar as formas de participação, como a produção de sínteses, comentários críticos, vídeos curtos ou mapas conceituais.

III. Estudos dirigidos

Os estudos dirigidos favorecem a autonomia do estudante e podem ser organizados por meio de roteiros de leitura, questões orientadoras e atividades reflexivas. Para Veiga (2013 apud Riedner, 2020), essa estratégia envolve a elaboração sistemática de roteiros que auxiliam a compreensão, a interpretação e a análise dos conteúdos. Na mesma direção, Libâneo (2017 apud Riedner, 2020) associa o estudo dirigido às estratégias de estudo ativo, centradas na resolução de problemas e na participação discente.

Na Educação a Distância, essa estratégia pode ser desenvolvida no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com a disponibilização de roteiros, materiais de apoio, videoorientações, prazos de realização e espaços de interação, como fóruns ou momentos síncronos. Nesse contexto, o professor acompanha o percurso dos estudantes por meio da mediação pedagógica, da orientação contínua e de devolutivas sobre as atividades realizadas, de modo que o estudo dirigido não se reduza a uma tarefa individual, mas se constitua como uma prática planejada e acompanhada no processo formativo.

IV. Resolução de problemas e projetos integradores na EaD

Na EaD, os projetos integradores podem ser desenvolvidos por meio de propostas colaborativas organizadas no AVA, nas quais os estudantes, em grupos, investigam problemas reais do campo profissional, elaboram soluções e socializam os resultados em formato digital. Essa dinâmica permite articular conhecimentos de diferentes componentes curriculares, aproximando teoria e prática mesmo em contextos não presenciais.

Ao analisar a experiência da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), Souza et al. (2023) destacam que o Projeto Integrador envolve ações desenvolvidas em grupo que buscam aplicar os conteúdos teóricos estudados ao longo do curso em

situações concretas da futura atuação profissional, favorecendo o protagonismo discente e a aprendizagem ativa.

Segundo as autoras, o estudante deixa uma posição passiva no processo formativo e passa a atuar por meio de pesquisas, discussões e desenvolvimento de projetos, em uma proposta fundamentada na aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos e design thinking.

Nessa perspectiva, em cursos superiores de TI da EPT, um projeto integrador em EaD pode envolver desafios como desenvolvimento de sistemas, criação de protótipos, automação de processos, análise de redes, soluções para demandas institucionais ou comunitárias e melhoria de fluxos digitais. O essencial é que a atividade esteja vinculada aos objetivos do curso, conte com acompanhamento docente e utilize estratégias de interação síncrona e assíncrona para garantir colaboração, acompanhamento e devolutivas ao longo do percurso formativo.

4.4 Estabelecer diretrizes para avaliação

Ao reestruturar o currículo, você deve encarar a avaliação não como um evento punitivo ou isolado, mas como um guia constante que molda o percurso do aluno. Nesse processo de reconstrução, é essencial diferenciar, como propõe Mattar (2021), o conceito de *evaluation* (avaliação do curso e materiais) do *assessment* (avaliação da aprendizagem do estudante), estabelecendo uma matriz que considere "como", "quando", "quem" e "que" recursos serão mobilizados. No que se refere à avaliação da aprendizagem do estudante, as diretrizes devem contemplar três momentos fundamentais: avaliação de entrada, para mapear pré-requisitos e conhecimentos prévios; a avaliação formativa, que ocorre durante todo o processo para oferecer *feedbacks* que corrijam rumos; e a avaliação somativa, realizada ao final de módulos para medir o progresso alcançado.

A avaliação do curso e dos materiais, por sua vez, deve considerar a adequação dos recursos didáticos, das estratégias metodológicas, da organização da carga horária EaD e das condições de oferta, permitindo identificar necessidades de ajustes e aperfeiçoamento da proposta.

Para que o currículo seja verdadeiramente dialógico, Behar (2009) ressalta que a avaliação deve ser contínua e flexível, integrando-se como um elemento central do modelo pedagógico que orienta as interações. Neste novo desenho curricular, você deve incentivar a diversificação dos avaliadores para além da figura do professor.

Conforme as orientações de Bernardi (2011) e Mattar (2021), é imperativo integrar a autoavaliação, permitindo que o aluno reflita sobre sua própria evolução; a coavaliação entre pares, que fortalece o aprendizado colaborativo; e a heteroavaliação conduzida pelo docente ou tutor. Quanto aos instrumentos, abandone a dependência exclusiva de testes de múltipla escolha. Moran (2017) sugere o uso de portfólios digitais e projetos que tornem visível o percurso individual e coletivo, permitindo que o aluno demonstre competências de forma prática e socialmente relevante.

Além disso, Almeida (2010) aponta que o currículo pode ser ressignificado por meio de mecanismos de registro e *logs* de acesso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), que funcionam como fontes preciosas para acompanhar os caminhos cognitivos do estudante. Ao planejar essas diretrizes, lembre-se de que a eficácia do sistema depende da clareza preliminar dos objetivos de aprendizagem, como destacam Moore e Kearsley (2007), pois são esses objetivos que darão pistas sobre as reais dificuldades do grupo. Sob a ótica das metodologias ativas, Mattar (2017) alerta que a melhora na aprendizagem muitas vezes não é captada por avaliações tradicionais imediatas, mas torna-se visível no longo prazo, através da capacidade do aluno de transferir o conhecimento para a realidade.

Busque sempre a negociação dos métodos com os estudantes; Moran (2006) defende que essa participação estreita vínculos e reduz a distância transacional, transformando o ato de avaliar em um processo de construção mútua de conhecimentos e autonomia.

Etapa 5

- 5.1 Distribuir a carga horária em EaD ao longo do curso.
 - 5.2 Revisar ementas e planos de ensino.
 - 5.3 Integrar atividades síncronas e assíncronas.
 - 5.4 Garantir coerência com competências e objetivos formativos.
-



Com o diagnóstico realizado, as normas analisadas e o modelo pedagógico definido, é hora de avançar para o redesenho curricular do curso. Nesta etapa, a proposta começa a ganhar forma dentro da organização do currículo, transformando decisões anteriores em ajustes concretos na estrutura formativa.

5.1 Distribuir a carga horária em EaD ao longo do curso

O primeiro passo consiste em observar como a carga horária em EaD será distribuída ao longo dos semestres. Recomenda-se evitar concentração excessiva em apenas um período do curso, buscando uma organização equilibrada e progressiva.

Uma distribuição planejada favorece a adaptação dos estudantes à dinâmica das atividades mediadas por tecnologias e permite que o acompanhamento pedagógico ocorra de forma contínua. Nos cursos da EPT, essa organização é especialmente importante para estudantes que conciliam trabalho e estudo, pois amplia as possibilidades de gestão do tempo e permanência acadêmica.

5.2 Revisar ementas e planos de ensino

Em seguida, verifique se será necessário revisar as ementas e os planos de ensino dos componentes curriculares envolvidos. Sempre que parte da carga horária passar a ser desenvolvida com mediação tecnológica, essa organização precisa estar explicitada nos documentos acadêmicos.

É importante indicar objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologias, formas de acompanhamento e atividades previstas para os momentos presenciais e não

presenciais. Dessa forma, o planejamento da disciplina passa a refletir com clareza a nova organização curricular proposta.

5.3 Integrar atividades síncronas e assíncronas

No redesenho curricular, também é necessário definir como serão articuladas as atividades síncronas e assíncronas. A educação a distância utiliza diferentes formas de comunicação entre professores e estudantes, que podem ocorrer de maneira síncrona ou assíncrona, dependendo do tempo e do espaço em que a interação acontece (Moore; Kearsley, 2007).

Momentos síncronos podem incluir encontros virtuais, orientações coletivas, webconferências e discussões em grupo. Já as atividades assíncronas podem envolver leituras orientadas, fóruns de discussão, resolução de problemas, projetos colaborativos e tarefas realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Nos cursos da área de TI, componentes relacionados à programação, engenharia de software, banco de dados ou gestão de projetos podem incorporar práticas como desenvolvimento de código em ambientes colaborativos, participação em fóruns técnicos e elaboração de projetos digitais.

5.4 Garantir coerência com competências e objetivos formativos

É fundamental verificar se todas as mudanças propostas mantêm coerência com as competências profissionais e os objetivos formativos do curso. O redesenho curricular não deve apenas acomodar a carga horária em EaD, mas assegurar que ela contribua efetivamente para o desenvolvimento das aprendizagens previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

A inclusão da EaD precisa fortalecer o percurso formativo, articulando teoria e prática, promovendo autonomia discente e ampliando possibilidades pedagógicas sem descaracterizar os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Etapa 6

- 6.1 Organizando o início da escrita
 - 6.2 O ponto de partida: explicitar o porquê da EaD
 - 6.3 Estruturando a seção de EaD no PPC
 - 6.4 Adequações na matriz curricular
 - 6.5 Organização do ementário com integração da EaD
 - 6.6 Revisão e coerência do PPC
-

Após a realização das etapas anteriores, a equipe de trabalho já dispõe de informações suficientes para avançar para o momento mais concreto do processo: a modificação do PPC, com a inclusão da carga horária em EaD.

Mais do que registrar mudanças, trata-se de reorganizar o percurso formativo do curso, considerando o perfil dos estudantes, as demandas da formação profissional e as possibilidades pedagógicas mediadas por tecnologias.

6.1 Organizando o início da escrita

Antes de iniciar a redação do PPC, é importante retomar os materiais produzidos nas etapas anteriores, como a definição do escopo, as disciplinas com potencial para EaD, o percentual de carga horária definido, as estratégias metodológicas, o diagnóstico institucional e o *checklist* de conformidade legal.

Esses registros não são apenas apoio, mas a base do texto. São eles que garantem que o PPC traduza decisões já discutidas e não apenas intenções genéricas.

Uma estratégia que costuma funcionar bem é dividir a escrita entre os membros da equipe de trabalho e, ao final, realizar uma revisão conjunta, buscando unidade de linguagem e coerência entre as partes.

6.2 O ponto de partida: explicitar o porquê da EaD

Antes de detalhar como a EaD será organizada, é fundamental apresentar as razões que justificam sua inclusão no curso. Essa justificativa precisa dialogar com a realidade do curso e pode considerar aspectos como o perfil dos estudantes, especialmente aqueles que conciliam trabalho e estudo, a necessidade de flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, as características da área de formação e as possibilidades pedagógicas mediadas por tecnologias.

Também é importante evidenciar a contribuição da EaD para a permanência e o êxito acadêmico. Nesse sentido, a EaD não deve aparecer como cumprimento de exigência normativa, mas como uma decisão pedagógica intencional, alinhada ao projeto formativo do curso.

6.3 Estruturando a seção de EaD no PPC

A seção dedicada à EaD no PPC deve ser organizada de forma clara, permitindo que qualquer leitor compreenda como essa modalidade será integrada ao curso.

Para isso, alguns elementos precisam ser contemplados de forma articulada.

6.3.1 Justificativa da oferta em EaD

Neste ponto, o texto deve apresentar os fundamentos da decisão, relacionando o contexto institucional, o perfil discente, os objetivos do curso e a contribuição da EaD para a formação.

Evite generalizações. Quanto mais o texto dialogar com a realidade do curso, mais consistente ele se torna.

6.3.2 Definição da carga horária em EaD

Aqui é necessário explicitar o percentual de carga horária em EaD, a forma como ela será distribuída ao longo do curso e os componentes curriculares envolvidos.

A distribuição deve ser pensada de forma equilibrada, evitando concentrar a carga horária em um único período.

6.3.3 Organização das atividades em EaD

É importante descrever como as atividades serão organizadas, ou seja, de que forma as disciplinas serão estruturadas no ambiente digital e quais estratégias serão utilizadas ao longo do percurso formativo. Nesse processo, destaca-se a articulação entre momentos presenciais e não presenciais, evidenciando que se trata de uma proposta integrada. Nessa perspectiva, a organização das atividades em EaD não deve representar uma separação entre o que ocorre presencialmente e o que se desenvolve no ambiente virtual, mas uma continuidade pedagógica entre diferentes tempos, espaços e formas de aprender.

Nesse contexto, as metodologias ativas assumem papel relevante, pois contribuem para deslocar o estudante de uma posição passiva para uma participação mais efetiva no processo formativo. Conforme explicam Hartwig et al. (2019), essas metodologias colocam o aluno como protagonista de seu aprendizado, favorecendo a construção do conhecimento de forma flexível, interligada e, muitas vezes, híbrida. Ao professor, cabe o papel de orientar, acompanhar e criar condições para que a aprendizagem aconteça de maneira significativa.

Entre as possibilidades pedagógicas aplicáveis à EaD e aos cursos da área de Tecnologia da Informação, destaca-se a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). Segundo Pires, Bertoni e Angelo (2010), a aplicação desse método no ensino de computação utiliza problemas ou projetos como ponto de partida para motivar o estudante a construir seu conhecimento de forma ativa, com base em suas próprias reflexões e experiências. Em ambientes virtuais, essa proposta pode ser desenvolvida por meio de estudos de caso, desafios práticos, fóruns colaborativos e projetos integradores.

Outra estratégia relevante é a gamificação. De acordo com Tonhão et al. (2023), sua aplicação no ensino de Engenharia de Software pode elevar o engajamento e a motivação dos estudantes por meio de elementos como competição e cooperação, embora o uso inadequado dessa estratégia possa prejudicar o desempenho acadêmico. No contexto da EaD, essa abordagem pode envolver trilhas de aprendizagem, missões, desafios progressivos e sistemas de acompanhamento do progresso discente.

Também merece destaque o Design Thinking, especialmente em componentes curriculares voltados ao desenvolvimento de sistemas e projetos. Macorin (2018) defende que sua utilização na fase inicial dos projetos auxilia na captação e análise de requisitos, permitindo que a equipe identifique as necessidades reais dos usuários por meio da empatia e da prototipagem rápida. Em termos pedagógicos, essa metodologia favorece a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo.

No âmbito do ensino híbrido, Horn e Staker (2015) afirmam que a maioria dos programas pode ser organizada em quatro modelos principais: Rotação, Sala de Aula Invertida, Flex e À La Carte. Conhecer essas possibilidades pode auxiliar a equipe acadêmica na definição de formatos mais coerentes com a realidade institucional e com os objetivos do curso.

No modelo de Rotação por Estações, os estudantes alternam entre diferentes modalidades de aprendizagem em horários previamente definidos, sendo necessário que ao menos uma dessas estações envolva atividades on-line. Trata-se de uma alternativa que pode ampliar o dinamismo das aulas e diversificar estratégias pedagógicas.

O modelo de Sala de Aula Invertida propõe a reorganização do tempo pedagógico. Nesse caso, o conteúdo principal é estudado previamente em ambiente digital, enquanto os encontros presenciais são destinados a discussões, práticas, resolução de problemas e projetos acompanhados pelo professor.

No modelo Flex, o ensino on-line constitui a base central da aprendizagem. Nessa organização, os estudantes percorrem trajetórias mais personalizadas e flexíveis, contando com apoio presencial sempre que necessário.

O modelo À La Carte permite que o estudante curse disciplinas integralmente on-line como complemento à sua formação em uma instituição presencial. Diferencia-se do ensino remoto integral por não abranger toda a experiência escolar, mas apenas parte do percurso formativo.

Em síntese, mais do que combinar espaços físicos e digitais, o ensino híbrido convida a repensar metodologias, tempos, interações e formas de acompanhamento. Essa

perspectiva aproxima-se da compreensão de Horn e Staker (2015), ao tratar o ensino híbrido como articulação entre aprendizagem on-line e momentos presenciais supervisionados. Também dialoga com Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), ao destacar a personalização da aprendizagem, o protagonismo discente e o papel mediador do professor na construção de experiências formativas mais flexíveis, participativas e significativas.

6.3.4 Mediação pedagógica

A mediação pedagógica deve ser descrita com clareza, sendo compreendida como uma interação intencional que visa ampliar o entendimento do estudante para além da experiência imediata, transformando a ação técnica em aprendizado significativo. Segundo Gruber e Mendonça (2021), o acompanhamento dos estudantes deve ocorrer de forma contínua, iniciando-se antes do momento síncrono com o envio de tutoriais e orientações prévias, e consolidando-se durante a aula por meio do uso de ferramentas de enquete que permitem verificar o nível de conhecimento e prontidão da turma antes de iniciar as atividades.

As interações são promovidas de maneira dinâmica através de plataformas de webconferência e do uso do *chat*, onde professores gerenciam dúvidas e fornecem materiais de apoio em tempo real. De acordo com Gruber e Mendonça (2021), a dinâmica pedagógica deve basear-se em ciclos de explicação e execução imediata, garantindo que o estudante permaneça no centro do processo de aprendizagem. As devolutivas ocorrem tanto de forma instantânea durante a prática quanto na etapa de socialização, na qual os alunos compartilham suas produções em fóruns específicos, o que reforça o protagonismo discente e o sentimento de pertencimento ao grupo.

A Educação a Distância pressupõe uma presença pedagógica ativa, e o docente deve atuar como um mediador que orienta e estimula a participação constante. Gruber e Mendonça (2021) ressaltam que essa atuação se manifesta nos chamados "momentos teoria", períodos em que o professor interrompe a execução técnica para correlacionar a prática com os conceitos teóricos da disciplina, garantindo que o uso da tecnologia esteja sempre submetido a uma metodologia bem definida.

6.3.5 Infraestrutura e condições institucionais

Outro ponto importante é apresentar as condições institucionais que sustentam a proposta. Isso envolve descrever o ambiente virtual de aprendizagem, o acesso à internet, os laboratórios, a biblioteca e os serviços de suporte técnico e pedagógico.

Esse conjunto de informações demonstra que a proposta é viável e está ancorada na realidade institucional.

6.3.6 Corpo docente e equipe multidisciplinar com experiência em EaD

É fundamental apresentar a composição do corpo docente do curso, destacando sua formação acadêmica, trajetória profissional e, especialmente, sua experiência com Educação a Distância. Da mesma forma, a equipe multidisciplinar envolvida também deve ter sua atuação descrita, evidenciando sua experiência em EaD e sua contribuição para o desenvolvimento das atividades. Essa equipe pode ser composta por docentes, equipe pedagógica, profissionais de apoio tecnológico e setores institucionais relacionados à EaD.

A explicitação dessas informações no PPC é importante para demonstrar que a instituição possui condições efetivas de implementar a proposta, contando com profissionais que compreendem as especificidades do ensino mediado por tecnologias.

Nos casos em que nem todos os profissionais possuem experiência prévia em EaD, é recomendável indicar como a instituição pretende organizar esse processo, seja por meio de formação continuada, apoio institucional ou trabalho colaborativo entre os membros da equipe.

Mais do que apresentar nomes, esse item deve evidenciar que há uma organização institucional capaz de sustentar a proposta pedagógica com qualidade.

6.3.7 Tecnologias e materiais didáticos

As tecnologias e os materiais utilizados também devem ser descritos. É importante indicar as plataformas digitais adotadas, as ferramentas de interação e os tipos de materiais didáticos disponíveis.

O ambiente virtual deve ser apresentado como espaço de aprendizagem, e não apenas como local de armazenamento de conteúdos.

6.3.8 Avaliação da aprendizagem na EaD

A avaliação precisa ser coerente com a proposta pedagógica. O texto deve apresentar os instrumentos utilizados, os critérios adotados e a forma como será realizado o acompanhamento dos estudantes.

É importante contemplar diferentes estratégias, como provas, relatórios, participação em fóruns, estudos de caso e outras atividades.

A avaliação deve ocorrer de forma contínua, integrando atividades presenciais e a distância, e prevendo possibilidades de recuperação da aprendizagem.

6.4 Adequações na matriz curricular

Com a definição da proposta, é necessário realizar os ajustes na matriz curricular. Isso implica indicar claramente quais componentes curriculares terão carga horária em EaD, registrar essa carga horária e garantir coerência com a organização geral do curso.

Também pode ser necessário revisar ementas e planos de ensino, de modo que reflitam as metodologias e formas de avaliação adotadas.

6.5 Organização do ementário com integração da EaD

O ementário é um dos pontos em que a reestruturação curricular se torna mais visível. Por isso, sua organização deve ser cuidadosa e coerente com a proposta do curso. Cada componente curricular deve apresentar um conjunto de elementos articulados.

6.5.1 Ementa

A ementa deve sintetizar os conteúdos da disciplina de forma objetiva, organizada por temas centrais e sem detalhamento excessivo.

6.5.2 Objetivos

Os objetivos têm a função de explicitar o que se espera que o estudante seja capaz de desenvolver ao longo do componente curricular. Por isso, devem ser formulados de maneira clara e objetiva, priorizando verbos que expressem ações de aprendizagem, como compreender, analisar, identificar, desenvolver, aplicar, etc .

6.5.3 Metodologia (presencial e EaD integrada)

A metodologia deve explicitar como o ensino será organizado, contemplando tanto as atividades presenciais quanto as atividades em EaD. No presencial, podem ser previstas aulas dialogadas, estudos de caso, resolução de problemas e atividades práticas. Na EaD, é importante destacar o uso do AVA como espaço de interação, com atividades como fóruns, videoconferências, tarefas colaborativas e acesso a materiais digitais. O mais importante é evidenciar que essas dimensões são complementares e integradas.

6.5.4 Critérios e formas de avaliação

A avaliação pode contemplar diferentes instrumentos, como provas, relatórios, seminários, resenhas, participação em fóruns, análises de estudos de caso, etc. Os critérios devem considerar aspectos como clareza, domínio dos conteúdos, qualidade da argumentação e organização das produções. O acompanhamento deve ser contínuo, permitindo intervenções ao longo do processo.

6.5.5 Inclusão e atendimento aos estudantes (AEE)

Ao organizar a proposta pedagógica, é fundamental considerar a diversidade dos estudantes, incluindo aqueles que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse sentido, o PPC deve evidenciar o compromisso com práticas inclusivas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem ao longo do curso.

Para isso, é importante prever adequações metodológicas sempre que necessário, bem como garantir a acessibilidade dos materiais didáticos e o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a participação de todos os estudantes. O

acompanhamento pedagógico também deve considerar as especificidades dos estudantes atendidos pelo AEE, promovendo condições efetivas de aprendizagem.

Cabe destacar que a inclusão não se limita à presença do estudante no curso. Trata-se de assegurar condições reais de participação, interação e desenvolvimento, respeitando as necessidades individuais e contribuindo para uma formação que seja, de fato, acessível a todos.

6.5.6 Referências bibliográficas

As referências devem ser organizadas conforme as normas vigentes, contemplando bibliografia básica e complementar, sempre alinhadas aos conteúdos e às metodologias propostas.

6.6 Revisão e coerência do PPC

Após a escrita, é importante que a equipe de trabalho realize uma leitura completa do documento. Essa revisão deve verificar se a EaD está articulada aos objetivos do curso, ao perfil do egresso, às metodologias, à avaliação e à organização curricular. A proposta precisa aparecer de forma integrada, e não como um elemento isolado dentro do PPC.

Quadro 4 - Checklist final da etapa

Item de verificação	Situação
A justificativa da EaD está clara e fundamentada	☐ Sim ☐ Não
O percentual e a distribuição da carga horária foram definidos	☐ Sim ☐ Não
Os componentes curriculares foram identificados	☐ Sim ☐ Não
As metodologias estão descritas	☐ Sim ☐ Não
A mediação pedagógica foi explicitada	☐ Sim ☐ Não
A infraestrutura foi apresentada	☐ Sim ☐ Não
O corpo docente e a equipe multidisciplinar com experiência em EaD foram descritos	☐ Sim ☐ Não
As tecnologias e os materiais didáticos foram definidos	☐ Sim ☐ Não
A avaliação da aprendizagem está estruturada	☐ Sim ☐ Não
A inclusão e o atendimento aos estudantes (AEE) foram contemplados	☐ Sim ☐ Não
O ementário foi adequado	☐ Sim ☐ Não
Há coerência geral no PPC	☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Etapa 7

7.1 Submeter a proposta ao Núcleo Docente Estruturante (NDE).

7.2 Encaminhar ao colegiado do curso.

7.3 Tramitar nas instâncias institucionais competentes.

7.4 Registrar aprovações e deliberações do processo.

Após a realização das adequações no PPC, a proposta precisa passar pelas instâncias institucionais responsáveis pela análise e aprovação das mudanças curriculares. Esta etapa assegura que o processo ocorra de forma coletiva, transparente e alinhado às normas institucionais. Cada instituição poderá possuir fluxos próprios, mas alguns encaminhamentos costumam ser recorrentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

7.1 Submeter a proposta ao Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O primeiro movimento consiste em apresentar a proposta ao Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse colegiado possui papel estratégico no acompanhamento pedagógico do curso e na discussão de sua organização curricular.

Nesse momento, o documento pode ser analisado à luz do perfil formativo pretendido, das competências profissionais previstas e da coerência entre objetivos, metodologias e avaliação. A apreciação do NDE contribui para qualificar tecnicamente a proposta antes de sua tramitação em outras instâncias.

7.2 Encaminhar ao colegiado do curso

Após a análise inicial, recomenda-se o encaminhamento ao colegiado do curso. Nessa etapa, a discussão se amplia, permitindo a participação de outros docentes e representantes institucionais vinculados ao curso.

O colegiado pode contribuir com ajustes, sugestões e deliberações relacionadas às mudanças curriculares propostas. Além disso, trata-se de espaço importante para

fortalecer a construção coletiva e legitimar as decisões acadêmicas tomadas ao longo do processo.

7.3 Tramitar nas instâncias institucionais competentes

Concluídas as discussões no âmbito do curso, o PPC revisado deve seguir para as instâncias institucionais responsáveis pela análise pedagógica, técnica e administrativa, conforme os fluxos definidos pela instituição.

Dependendo da organização interna, o documento poderá ser apreciado por setores como direção de ensino, núcleos pedagógicos, conselhos superiores ou demais órgãos competentes. Essa tramitação garante que a proposta esteja em conformidade com as normativas internas e com o planejamento institucional.

7.4 Registrar aprovações e deliberações do processo

Ao longo de toda a validação institucional, é fundamental registrar formalmente as aprovações, recomendações, pareceres e atas de reunião produzidos. Esses documentos asseguram transparência, segurança jurídica e memória institucional do processo.

Além de formalizar as decisões tomadas, esse registro também facilita futuras revisões curriculares, processos de avaliação institucional e acompanhamento da implementação das mudanças aprovadas.

Quadro 5 - Checklist da Etapa 7

Item de verificação	Situação
A proposta foi analisada pelo NDE.	☐ Sim ☐ Não
O colegiado do curso apreciou o documento.	☐ Sim ☐ Não
O PPC tramitou nas instâncias institucionais previstas.	☐ Sim ☐ Não
As deliberações foram registradas em atas ou pareceres.	☐ Sim ☐ Não
O documento final foi aprovado conforme os fluxos institucionais.	☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Etapa 8

- 8.1 Planejar a oferta das disciplinas e o calendário acadêmico.
 - 8.2 Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
 - 8.3 Orientar docentes e estudantes sobre a nova organização curricular.
 - 8.4 Acompanhar, avaliar e aperfeiçoar a implementação.
-

Após a validação institucional e a aprovação das mudanças no PPC, inicia-se a etapa de implementação. Neste momento, a proposta deixa o campo do planejamento e passa a integrar a rotina acadêmica do curso. Mais do que executar o que foi definido, trata-se de acompanhar a inserção das atividades mediadas por tecnologias, garantindo coerência pedagógica, suporte institucional e condições adequadas de funcionamento.

8.1 Planejar a oferta das disciplinas e o calendário acadêmico

O primeiro passo consiste em organizar a oferta dos componentes curriculares e sua distribuição no calendário acadêmico. É importante definir em quais semestres as disciplinas com carga horária em EaD serão ofertadas e como estarão articuladas aos momentos presenciais.

Esse planejamento deve considerar a progressão formativa dos estudantes, a lógica da matriz curricular e o equilíbrio entre atividades presenciais e não presenciais. Uma implementação bem planejada contribui para evitar sobrecarga discente, conflitos de cronograma e dificuldades operacionais ao longo do semestre.

8.2 Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Em seguida, é necessário estruturar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou a plataforma institucional adotada. Nesse espaço deverão estar disponíveis os materiais didáticos, roteiros de estudo, atividades avaliativas, cronogramas e canais de comunicação entre docentes e estudantes.

A organização do ambiente digital precisa priorizar clareza, acessibilidade e facilidade de navegação. Quando o estudante compreende a estrutura do ambiente virtual, tende a acompanhar com maior autonomia as atividades propostas e a participar de forma mais ativa do processo formativo.

8.3 Orientar docentes e estudantes sobre a nova organização curricular

Outro ponto essencial é a orientação dos sujeitos envolvidos no processo. Docentes e estudantes precisam compreender como funcionará a nova dinâmica curricular, quais serão as formas de participação e como ocorrerá o acompanhamento pedagógico das atividades em EaD.

Esse momento pode ocorrer por meio de reuniões, guias explicativos, oficinas introdutórias ou ações formativas específicas. A socialização das informações reduz dúvidas, fortalece o engajamento e contribui para que todos compreendam seus papéis no desenvolvimento da proposta.

8.4 Acompanhar, avaliar e aperfeiçoar a implementação

A implementação não se encerra no início das aulas. Ao contrário, trata-se de um processo contínuo de acompanhamento e aperfeiçoamento. Por isso, é importante monitorar como as atividades estão ocorrendo, ouvir estudantes e docentes, identificar dificuldades e realizar os ajustes necessários.

Esse acompanhamento pode envolver reuniões pedagógicas, aplicação de questionários, análise de participação no AVA e revisão de estratégias metodológicas. A escuta institucional e a disposição para aprimorar a proposta fortalecem a qualidade da formação e consolidam a integração da EaD ao currículo do curso.

Quadro 6 - Checklist da Etapa 8

Item de verificação	Situação
A oferta das disciplinas foi planejada no calendário acadêmico.	☐ Sim ☐ Não
O AVA ou plataforma institucional foi organizado.	☐ Sim ☐ Não
Os materiais e canais de comunicação estão disponíveis.	☐ Sim ☐ Não
Docentes e estudantes foram orientados sobre a nova dinâmica.	☐ Sim ☐ Não
Há acompanhamento pedagógico da implementação.	☐ Sim ☐ Não
Foram previstos mecanismos de avaliação e melhoria contínua.	☐ Sim ☐ Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste guia, você percorreu um caminho que vai desde a organização do processo de reestruturação curricular até a implementação das mudanças no curso. Mais do que um roteiro técnico, a proposta aqui apresentada convida à reflexão sobre o sentido da formação na EPT e sobre o papel da EaD nesse contexto.

A inclusão de carga horária em EaD, quando planejada de forma intencional, não se reduz a uma adaptação normativa ou à simples inserção de atividades em ambientes virtuais. Trata-se de uma escolha pedagógica que exige coerência com os objetivos formativos do curso, com o perfil dos estudantes e com os princípios que orientam a EPT.

No caso específico dos cursos superiores da área de Tecnologia da Informação, essa discussão assume contornos ainda mais relevantes. Trata-se de uma área marcada por rápidas transformações tecnológicas, por demandas constantes de atualização e por práticas profissionais que já se desenvolvem, em grande medida, em ambientes digitais e colaborativos. Nesse sentido, a integração da EaD ao currículo pode potencializar estratégias formativas mais alinhadas à realidade da área, como o desenvolvimento de projetos, a resolução de problemas computacionais, o trabalho em equipe mediado por tecnologias e o uso de plataformas digitais que simulam contextos profissionais.

Nesse percurso, alguns elementos se mostraram centrais: o trabalho coletivo, a análise da realidade institucional, o diálogo com as normativas vigentes, a definição de um modelo pedagógico consistente e o planejamento das estratégias metodológicas. Esses aspectos não devem ser compreendidos como etapas isoladas, mas como partes de um processo articulado, que se constrói de forma progressiva e colaborativa.

Também se destaca o papel dos profissionais envolvidos, especialmente daqueles com experiência em Educação a Distância. Sua atuação contribui para qualificar as decisões pedagógicas, apoiar os docentes e garantir que a integração da EaD ocorra de forma coerente e alinhada ao projeto pedagógico do curso.

Ao chegar até aqui, é importante reforçar que este guia não se apresenta como um modelo fechado. Pelo contrário, ele deve ser apropriado, adaptado e ressignificado conforme a realidade de cada curso e de cada instituição. Cada contexto trará seus próprios desafios, limites e possibilidades, e é justamente nesse movimento que o processo ganha sentido.

Por fim, a reestruturação curricular com inclusão de carga horária em EaD deve ser compreendida como um processo contínuo. Após a implementação, será fundamental acompanhar, avaliar e, quando necessário, ajustar as práticas adotadas. Escutar estudantes, dialogar com os docentes e revisitar as decisões tomadas são ações que fortalecem o percurso e contribuem para a consolidação de propostas mais coerentes e significativas.

Este guia também expressa um percurso construído a partir da experiência profissional e da investigação desenvolvida no âmbito do mestrado, articulando teoria e prática na busca por soluções possíveis para os desafios da EPT. No contexto dos cursos de TI, esse movimento se mostra especialmente necessário, considerando a necessidade de formar profissionais capazes de atuar de forma crítica, criativa e tecnicamente qualificada em um campo em constante transformação.

Ao longo deste percurso, evidencia-se que a inclusão de carga horária em Educação a Distância não se resume à transposição de atividades para o ambiente virtual, mas exige intencionalidade pedagógica, planejamento coletivo e coerência curricular. Nesse contexto, o ensino híbrido reafirma-se como uma possibilidade formativa relevante para a Educação Profissional e Tecnológica, ao articular momentos presenciais e virtuais de modo integrado, flexível e pedagogicamente orientado, favorecendo a autonomia discente, a mediação docente e a aproximação entre formação humana e cultura digital.

Que este material possa servir como apoio às equipes acadêmicas, contribuindo para a construção de caminhos possíveis, consistentes e alinhados com uma formação que articule trabalho, ciência, tecnologia e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. **Currículo, avaliação e acompanhamento na Educação a Distância.** In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria (orgs.). Educação a distância: desafios contemporâneos. São Carlos: EduFSCAR, 2010.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERNARDI, Maira. **Prática pedagógica em EaD: uma proposta de Arquitetura Pedagógica para formação continuada de professores.** 2011. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. **Trabalho e estudo no ensino superior brasileiro: desafios para permanência estudantil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 45, 2024.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 367-382, 2005.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo.** In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2005. p. 408-415.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

HARTWIG, Leila et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: perspectivas e aplicações na educação contemporânea.** [S.l.]: [s.n.], 2019.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: using disruptive innovation to improve schools.** San Francisco: Jossey-Bass, 2014.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **O trabalho como referência para a formação e a democracia**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 23, e15167, 2023.

MACORIN, Aline. **Design Thinking aplicado ao desenvolvimento de software: contribuições para a elicitação de requisitos**. [S.l.]: [s.n.], 2018.

MATTAR, João. **Educação a distância**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATTAR, João. **Educação a distância no Brasil: retrocesso no marco regulatório ou futuro híbrido? EaD em Foco**, v. 14, n. 2, e2259, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i2.2259>.

MATTAR, João. **Avaliação em Educação a Distância**. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal João Mattar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S0T0E9yS-M4>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MATTAR, João. **Metodologias ativas em educação a distância: revisão de literatura**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 20, n. 1, 2021.

GRUBER, Crislaine; MENDONÇA, Igor Thiago Marques. **Aulas práticas síncronas naD: um relato de experiência**. Informática na Educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 121-128, set./dez. 2021.

MENDONÇA, Igor Thiago Marques; GRUBER, Crislaine. **Interação síncrona na Educação a Distância a partir do olhar dos estudantes**. Informática na Educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 159-174, 2019

MOORE, Michael G. **Teoria da Distância Transacional**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, ago. 2002.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas e modelos híbridos na educação.** In: YATEGASHI, Solange et al. (org.). Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

MORAN, José Manuel. **Mudando a educação com metodologias ativas.** In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. p. 15-33.

MORAN, José Manuel. **O que aprendi sobre avaliação em cursos semi-presenciais.** In: SILVA, Marco; SANTOS, Edméa (orgs.). Avaliação da Aprendizagem em Educação Online. São Paulo: Loyola, 2006.

PIRES, C.; BERTONI, F.; ANGELO, V. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de computação.** [S.l.]: [s.n.], 2010.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. **Trabalho, educação e currículo integrado.** São Paulo: Cortez, 2014.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto. **Estudo dirigido: estratégias e tecnologias para o ensino superior.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Secretaria Especial de Educação a Distância, 2020. Material didático.

SANTOS, Ingrid Gomes; SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. **A gestão escolar e o projeto político-pedagógico: implementação, monitoramento e avaliação.** RELAPAE - Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación, [s. l.], n. 22, p. 166-178, 2025.

SETER, Luciana; RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Desafios na implantação de cursos a distância.** EaD em Foco, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.703>.

TONHÃO, A. et al. **Gamificação no ensino superior: contribuições para o ensino de Engenharia de Software.** [S.l.]: [s.n.], 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2003. p. 11-35.